



Domingues de Azevedo, presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, a «O DIABO»

# «O Fisco “dispara primeiro e pergunta depois”»

■ «Os direitos dos contribuintes têm de ser respeitados e não pisados»

■ «Por semana enviamos cerca de quatro participações para o MP»

ANA CLARA

**O** DIABO — Como avalia, em termos gerais, e especificamente, ao nível fiscal, o OE/2008?

**DOMINGUES DE AZEVEDO**

— Temos um bom sistema fiscal, que precisa de estabilidade. Ao contrário de outros países, o nosso sistema é mais humano, tem uma preocupação social. O OE para 2008 espelha essa preocupação. É claro que poderia ter ido mais além, mas não podemos esquecer que estamos numa fase em que a economia ainda dá sinais de arrefecimento. Este é o Orçamento possível, dentro das contingências conhecidas. Contudo, sublinho, que poderia ter clarificado e corrigido situações, como por exemplo, a gestão da dívida dos contribuintes ao Estado. O estatuto reclamatório deve ser credibilizado de forma a atingirmos a verdadeira equidade fiscal.

**Ao contrário do que os portugueses esperavam, ainda não será em 2008 nem em 2009 que assistiremos à redução da carga fiscal. O ministro das Finanças diz que só há folga para tal em 2010. Como comenta esta opção política?**

A nossa carga fiscal não é elevada comparativamente à grande parte dos países europeus. Actualmente, não há margem para uma descida geral dos impostos, mas creio que é altura de se estudar uma descida da taxa do IVA, que é o tributo que mais incide sobre a capacidade financeira dos cidadãos. Será em 2010? Provavelmente deverá ser antes.

**Acha que seria possível, no próximo ano, aliviar a carga fiscal (IVA e IRC) sobre as empresas, um dos factores que contribui para a fraude fiscal?**

O OE/2008 já contempla uma descida do IRC para as empresas do interior, o que é um sinal positivo. Quanto ao IVA, provavelmente só em 2009.

**Combate à fraude fiscal: «não pode valer tudo»**

**O combate à fraude e evasão fiscais tem sido uma das bandeiras**

do Fisco nos últimos anos e, no caso, com o Governo PS. Como comenta a política fiscal do actual Executivo?

O combate à fraude e evasão fiscais tem obrigatoriamente de ser uma «bandeira», seja qual for o Governo que esteja no poder. O crime fiscal não compensa. Tudo o que seja para impedir a fraude é positivo, dentro de certos limites. Todavia, não pode valer tudo: os direitos dos contribuintes têm de ser respeitados e não pisados, como muitas vezes acontece. A CTOC tem tido um papel importante nesta batalha. Por semana, enviamos cerca de quatro participações para o Ministério Público. Por parte da Administração Fiscal (AF) tem existido uma preocupação nítida de combater a fraude. Os que não pagam têm de ser penalizados. Ao contrário do que acontecia há uns anos atrás, as fiscalizações existem e os contribuintes sabem disso. Contudo, não se pode cair no exagero. Há, hoje, uma desproporcionalidade entre o Fisco e o sujeito passivo.

**Ficou surpreendido com as denúncias do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais no que respeita às fraudes fiscais praticadas pelas grandes empresas?**

Só fiquei surpreendido por ele ter a necessidade de fazer a denúncia pública. Se o secretário de Estado tem essa necessidade, é grave. Algo de muito sério deve estar a passar-se com a fiscalidade das grandes empresas. As leis são para todos. A bem da equidade fiscal, todos têm de pagar. Os processos de evasão de grandes volumes são detectados nas grandes empresas. É uma realidade. Daí, haver um governante a alertar para a situação publicamente, é outra coisa. A afirmação pode surgir um efeito negativo: os que se sentirem visados, acatelaem-se...

**O Fisco deixou prescrever cerca de 80 mil processos que equivalem a mais de meio milhão de euros. É um autêntico fracasso do Sistema de Execuções Fiscais?**

Não diria isso. Haverá sempre dívidas por cobrar, nem que seja um centímo. O combate à fraude e evasão fiscais é eterno apesar de nos últimos 3 anos ter-se tentado recuperar o tempo perdido na máquina fiscal. A



**«O OE/2008 poderia ter clarificado e corrigido situações como a gestão da dívida dos contribuintes ao Estado», diz Domingues de Azevedo**

AF vai continuar a apertar o cerco aos faltosos, quer através do cruzamento de dados, quer no reforço do mecanismo das penhoras, mas não menos importante é que aperfeiçoe os mecanismos de fiscalização e detecção dos fenómenos de infracção para evitar que se cometam injustiças.

**Disse recentemente que os TOC são os profissionais que «maior número de participações fazem ao MP» em matéria de incumprimento fiscal? Quantas denúncias já existem este ano?**

Desde Janeiro de 2006 até Outubro de 2007, a CTOC enviou 678 denúncias (números apurados até final de Outubro) tanto ao MP, como à PJ e à Direcção-Geral dos Impostos.

**«O Fisco adoptou, em muitas situações, uma posição indiscriminada»**

**Uma das acusações que tem sido feita a este Governo respeita aos abusos cometidos pelo Fisco sobre os cidadãos no que respeita às cobranças coercivas. Em que medida estão os direitos dos contribuintes a serem violados?**

Quem deve, tem de pagar, ponto final! Concorro com a cobrança coerciva. Quanto aos abusos, infelizmente é verdade. Atevo-me a dizer que o Fisco «dispara primeiro e pergunta depois». Quando o contribuinte se dirige a um serviço de Finanças, o funcionário deve ouvir a sua posição. Contudo, gerou-se uma situação em que os sujeitos passivos contestam, mas antes de o fazerem, já viram os seus bens penhorados. O Estado tem a obrigação de actuar nos casos de

incumprimento, mas muitas vezes actua perante os que julga que devem. O Fisco adoptou, em muitas situações, uma posição indiscriminada. Não tem meios, nem processos para separar o «trigo do joio». E os mais atingidos são precisamente os pequenos contribuintes, porque as pequenas verbas são pagas, mesmo que indevidamente. As pessoas que comprovadamente não pagam os seus impostos têm de ser penalizadas. Contudo, tem de existir um relacionamento transparente entre o Fisco e contribuintes.

**Vale a pena uma política de arrecadação fiscal, a todo o custo, passando por cima de direitos de cidadania e atropelos morais, legais e fiscais? Há ou não actualmente, em Portugal, uma política de injustiça fiscal em marcha?**

Obviamente que não vale tudo. Os direitos têm de ser observados. Sem querer entrar num certo aproveitamento que alguns partidos têm feito da questão ultimamente, afirmo: a injustiça fiscal existe sempre que esses direitos não são respeitados. O que acontece actualmente.

**De que forma podem os cidadãos proteger-se do Fisco que usa e abusa da lei? Ainda existe um clima de medo entre Fisco e contribuintes que prejudica a relação entre ambos e os afasta?**

Os contribuintes que se sintam injustiçados devem recorrer às instâncias judiciais. É claro que a morosidade processual impede que as situações se resolvam com celeridade, mas é a única forma de fazer valer um direito. Neste âmbito, a CTOC já sugeriu ao Ministério das Finanças a criação de comissões de conciliação, que deveriam funcionar em situações de litígio, com prazos de resolução curtos. Seria uma forma de não se

estar quatro ou cinco anos à espera de uma decisão dos tribunais. Só se não se chegasse a acordo é que o caso deveria ser remetido para tribunal. Julgamos que deveriam fazer parte dessas comissões representantes das Finanças, do MP e dos TOC.

**Em matéria de sigilo bancário, o PS, mesmo contra a decisão do TC, pretende insistir, já no início do ano, com um pacote de novas medidas. Tornar as contas bancárias dos contribuintes totalmente transparentes justifica-se a troco de tudo e nada?**

Não é a «troco de tudo ou nada». Quem não deve não teme. Uma vez mais o bom senso tem de imperar.

**O PS não vê com bons olhos a possibilidade de, no futuro, vir a criar-se uma Ordem dos TOC. Quais são as garantias dadas pelo Governo, sobre esta matéria, à CTOC?**

Neste momento, a passagem a ordem da CTOC encontra-se na AR. A informação que disponho é a de que o assunto vai ser tratado no âmbito parlamentar, como tem sido regra em matéria das associações profissionais. O Governo, que assumiu um compromisso com a classe, entendeu de uma forma, o Parlamento de outra. Não há drama nenhum nesta questão, pois da leitura dos documentos de ambos, transparece consenso quanto à questão de fundo, divergindo apenas nos meios para se atingir os fins.

**«CTOC vai continuar a apoiar fortemente o fundo de pensões dos TOC»**

**No próximo dia 7 haverá eleições para os órgãos da CTOC. Quais são as principais propostas com que se apresenta aos associados?**

«Construindo o Futuro» é o nosso lema. Com ponderação mas avançando na direcção certa, é o nosso objectivo fazer desta classe, que reúne mais de 75 mil profissionais em todo o País, um conjunto cada vez mais credível e qualificado, no âmbito da Contabilidade e da Fiscalidade. Muitas empresas estão em crise porque não ouvem, como deviam, o seu Técnico Oficial de Contas. E ousou mesmo afirmar que a crise de muitas PME se deve ao facto de negligenciarem a opinião técnica e avalizada de um TOC. O TOC deve ser cada vez visto como um conselheiro e um coadjuvante indispensável nas boas contas das empresas. É importante assumir esta realidade. Outra das nossas principais apostas prende-se com a formação. Estamos já a testar a formação à distância, baseada no conceito de «e-learning», que vai revolucionar todo o conceito formativo disponível



até ao momento. Um membro que se encontre na aldeia mais recôndita do País não vai ter de se deslocar para ter formação. Basta-lhe possuir a ferramenta informática. A CTOC vai continuar a apoiar fortemente o fundo de pensões dos TOC (actualmente com 4 milhões de euros, 3 dos quais canalizados pela própria organização), a nível institucional, para permitir que, na velhice, os membros tenham um complemento que lhes proporcione uma «boa almofada» financeira. Apostamos, igualmente, noutras acções de carácter social, como a «casa» do TOC e em sistemas de saúde complementares. As instituições inseridas no mundo da globalização devem distinguir-se pelas suas políticas de rosto humano.

**Tendo em conta que, desta vez, tem uma lista adversária, como encara este acto eleitoral?**

Com a natural normalidade democrática que começa a estar enraizada na nossa vida social. O trabalho desenvolvido por mim e pela minha equipa, nos últimos anos, são a melhor campanha que se pode fazer. A obra está à vista de todos. Só não a vê quem não quer. Por isso costumo dizer que, a melhor campanha que qualquer pessoa pode fazer é ter feito um bom mandato. **Se vier a ser eleito, é o seu último mandato?**

Construir uma estrutura como a que a CTOC possui e levar a profissão à credibilidade que hoje lhe é reconhecida, exige muito trabalho, persistência e rigor nas decisões. Não posso permitir, pela responsabilidade que tenho assumido junto da profissão, que todo esse trabalho se destrua. Por isso se aparecer uma alternativa credível que defenda os valores e as preocupações que até hoje temos assumido na profissão, admito perfeitamente que este seja o meu último mandato.

**Que balanço faz até agora à frente da CTOC?**

O trabalho efectuado até agora é extremamente positivo. Sinto-me honrado por os meus colegas terem delegado em mim e na minha equipa a tarefa de fazer dos TOC uma grande profissão. Dou-lhe dois exemplos: em dez anos passámos de uma assoalhada cedida pelo Ministério das Finanças para um edifício que é motivo de orgulho dos seus profissionais. Depois temos a nossa marca em projectos que já ninguém contesta e que facilitam a vida das pessoas: a desmaterialização das declarações fiscais, o «Simplex». Quase 15 milhões de declarações foram enviadas pelos TOC. Tudo isto aconteceu porque os profissionais perceberam que só com rigor, trabalho e formação de qualidade é que seríamos creíveis perante a sociedade. Concebemos, acreditamos e executamos projectos inovadores, não só no exercício da nossa profissão, mas também numa conceptualização geral de estar e viver numa sociedade organizada.

Fomos e continuamos a ser inconformados perante uma sociedade estática, acomodada, acrítica e com falta de criatividade. Por isso temos proposto ao governo diversas iniciativas que têm mudado a face e o modo de relacionamento dos cidadãos e empresas com a AP.